



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## ESTUDOS PRELIMINARES

**Estudos técnicos preliminares para planejamento da contratação de  
*serviços de renovação e emissão, à distância, de certificados digitais  
pessoa física A3 ICP-Brasil***



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Sumário

<b>1</b>	<b>Análise de Viabilidade da Contratação .....</b>	<b>3</b>
1.1	Contextualização .....	3
1.2	Equipe de Planejamento da Contratação .....	3
1.3	Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda .....	4
1.3.1	Requisitos Funcionais .....	4
1.3.2	Requisitos Não Funcionais .....	4
1.3.3	Requisitos Externos .....	5
1.4	Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado .....	5
1.5	Contratações Públicas Similares .....	9
1.6	Análise dos Produtos/Serviços Identificados .....	9
1.7	Custos Totais da Demanda .....	9
1.8	Escolha e Justificativa do Objeto .....	9
1.8.1	Descrição do Objeto .....	10
1.8.2	Alinhamento do Objeto .....	11
1.8.3	Benefícios Esperados .....	11
1.8.4	Relação entre a Demanda Prevista e Contratada .....	11
1.9	Adequação do Ambiente .....	11
1.10	Orçamento Estimado .....	12
<b>2</b>	<b>Declaração de Viabilidade ou não da contratação .....</b>	<b>12</b>
	<b>Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores .....</b>	<b>13</b>
	<b>Anexo B - Contratações Públicas Similares .....</b>	<b>14</b>



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## 1 Análise de Viabilidade da Contratação

### 1.1 Contextualização

O uso de processos eletrônicos no âmbito da Justiça Eleitoral implica a produção e a assinatura de documentação eletrônica pelos servidores e magistrados que utilizam esses sistemas digitais. Essa migração de procedimentos e serviços para o meio digital, como consequência da evolução tecnológica das ferramentas e formas de trabalho, demanda a implementação de mecanismo de segurança que garanta a autenticidade dos documentos eletrônicos produzidos por juízes eleitorais, servidores do TRE/SC e pela sociedade em geral.

O certificado digital é o mecanismo que permite a realização de autenticação, assinatura digital e outras operações em documentos eletrônicos, com a mesma validade jurídica que em documentos físicos. De acordo com o art. 10 da MP nº 2.200-2, os documentos eletrônicos assinados digitalmente com o uso de certificados emitidos no âmbito da ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) têm a mesma validade jurídica que os documentos em papel com assinaturas manuscritas.

As assinaturas digitais feitas por certificados digitais têm características importantes como confidencialidade, autenticidade, integridade e não-repúdio, permitindo sua aplicação na assinatura de documentos eletrônicos, assinatura de e-mails, acesso a aplicações e à rede de dados, entre outras destinações. Na prática, o certificado digital funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor de uma mensagem ou transação feita em meio eletrônico.

Como certificados digitais são pessoais e intransferíveis, o TRE/SC necessita garantir, com antecedência, a disponibilidade para atendimento de eventuais demandas, tanto de emissão de novos certificados a servidores e magistrados que ainda não os possuem, quanto de renovação de certificados já emitidos, em uso, cujos prazos de validade estão por expirar em breve. A primeira demanda já está sendo atendida pela tramitação do PAE de contratação nº 5.196/2020.

Desse modo, visando manter vigentes os certificados digitais já emitidos a servidores e magistrados, permitindo seu uso como mecanismo de assinatura e autenticação digital, planeja-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de renovação, sob demanda, de certificados digitais para pessoas físicas A3 ICP-Brasil.

Este estudo, obedecendo aos princípios expressos no Art. 37 da Constituição Federal e atendendo às diretrizes da Política de Aquisições do TRE/SC, pretende analisar as viabilidades técnica, econômica e de negócio da contratação proposta, demonstrando o devido alinhamento com o Planejamento Estratégico da instituição.

### 1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Integrante Demandante</b>	Rosangela Klumb
<b>Substituto</b>	Diego Cirino Kern
<b>Integrante Técnico</b>	Josué da Silva Monteiro
<b>Substituto</b>	Gilberto José Rossa Júnior
<b>Integrante Administrativo</b>	João Batista Sarilho da Silva
<b>Substituto</b>	Geraldo Luiz Savi Júnior



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

**Demanda:** Renovar a validade e a atualização criptográfica dos certificados digitais de servidores do TRE/SC, cuja validade expirará nos próximos meses, reaproveitando a mesma mídia criptográfica em uso, permitindo a reutilização na assinatura de documentos digitais em processos eletrônicos.

#### 1.3.1 Requisitos Funcionais

**a) Renovar a validade, por mais 36 meses, de até 25 (vinte e cinco) certificados digitais Cert-JUS Institucional A3 Pessoa Física, padrão ICP-Brasil, emitidos pela AC Certisign-JUS, em tokens criptográficos Safenet eToken 510x já em uso por servidores do TRE/SC.**

Justificativa: visa garantir a renovação da validade de certificados digitais emitidos em 2017 pela Autoridade Certificadora (AC) Certisign-JUS (ARP 48/2016 – Pregão 84/2016).

**b) Renovar a validade, por mais 36 meses, de até 150 (cento e cinquenta) certificados digitais Pessoa Física, tipo A3, padrão ICP-Brasil, emitidos pela AC Soluti Multipla, em tokens criptográficos Feitian ePass 2003 já em uso por servidores do TRE/SC.**

Justificativa: visa garantir a renovação da validade de certificados digitais emitidos em 2017 pela AC Soluti Multipla (ARP 24/2017 – Pregão 58/2017).

**c) Permitir, preferencialmente, a reutilização do mesmo token criptográfico já em uso.**

Justificativa: visa dispensar a necessidade de nova compra de mídia, por meio do aproveitamento do token USB já utilizado pelos servidores.

**d) Permitir, preferencialmente, a renovação por meio eletrônico (“online”).**

Justificativa: visa agilizar o processo de renovação dos certificados já emitidos, proporcionando que as etapas de solicitação, pagamento, emissão e validação sejam feitas remotamente, pela Internet.

**e) Permitir que a validação, se necessária, seja realizada por videoconferência.**

Justificativa: visa dispensar o servidor da necessidade de comparecimento presencial em ponto de atendimento físico da Contratada, permitindo que a validação e emissão sejam feitas remotamente.

#### 1.3.2 Requisitos Não Funcionais

**a) A Contratada deverá emitir os certificados digitais sob demanda, qualquer que seja o quantitativo demandado no pedido.**

Justificativa: Possibilitar o atendimento a demandas pontuais ao longo do ano conforme calendário de renovações previstas, bem como atender a novas demandas não previstas.

**b) A Contratada deverá encaminhar ao TRE/SC as instruções relativas aos procedimentos, links e sistemas a serem usados na renovação e emissão dos certificados.**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Justificativa: Garantir a correta orientação dos servidores e magistrados sobre os procedimentos e documentos necessários para a emissão dos certificados digitais.

**c) A Contratada deverá encaminhar ao TRE/SC os vouchers (ou instrumentos equivalentes), caso necessários, para a efetuação da emissão dos certificados.**

Justificativa: Garantir que os usuários recebam os vouchers, caso necessários, ao processo de renovação e emissão dos certificados digitais.

**d) A Contratada deve conceder à Contratante acesso a aplicação web (solução na Internet) que ofereça funcionalidade de gerenciamento das emissões realizadas.**

Justificativa: Permitir, de forma eficiente, ao Gestor do Contrato, o controle das emissões realizadas pela Contratada.

**e) A Contratada deverá entregar via e-mail ao gestor do contrato, juntamente com a nota fiscal para faturamento, o relatório mensal de certificados digitais emitidos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, CPF e data da emissão.**

Justificativa: Permitir que os gestores da contratação confirmem os certificados emitidos para validação do faturamento enviado pela Contratada.

**f) A Contratada deverá disponibilizar Central de Atendimento para abertura e finalização de chamados de suporte técnico, pelo menos, no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A Central de Atendimento poderá ser acionada por telefone, e-mail e pela Internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação do chamado.**

Justificativa: Permitir o registro e o acompanhamento dos chamados e do SLA.

### 1.3.3 Requisitos Externos

**a) O certificado digital deve ser totalmente aderente aos requisitos, instruções normativas e às resoluções da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.**

Justificativa: Garantir a adoção, pela Autoridade Certificadora, das práticas e procedimentos descritos nas Declarações de Práticas de Certificação (DPC) da ICP-Brasil, bem como às regulamentações estabelecidas pelo ITI.

## 1.4 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

### Normas e informações legais sobre certificação digital pesquisadas

- MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001. Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- RESOLUÇÃO Nº 155, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019. Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. Altera o procedimento de identificação e as previsões de entidades para execução de auditorias operacionais e dá outras providências.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2020. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Estabelece os procedimentos de confirmação de cadastro de requerente de certificado digital por meio de videoconferência.
- MEDIDA PROVISÓRIA Nº 951, DE 15 DE ABRIL DE 2020. Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.
- DOC-ICP-05 VERSÃO 5.5 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL, de 17 de abril de 2020. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
- CERTIFICAÇÃO DIGITAL - PERGUNTAS FREQUENTES. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. URL: <https://www.iti.gov.br/perguntas-frequentes/41-perguntas-frequentes/112-sobre-certificacao-digital>.
- “CERTIFICADOS DIGITAIS PODEM SER EMITIDOS 100% ONLINE”, de 15 de abril de 2020. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. URL: <https://www.iti.gov.br/component/content/article?id=4146>.
- “COMITÊ GESTOR ICP-BRASIL REGULAMENTA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS A DISTÂNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA”, de 24 de abril de 2020. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. URL: <https://www.iti.gov.br/component/content/article?id=4150>.

### Produtos/serviços encontrados no mercado

Os principais tipos de certificados oferecidos no mercado são os certificados digitais do tipo Assinatura Digital, sendo os mais comuns os tipos A1 e A3. O tipo A3 define que o certificado será armazenado em mídia criptográfica tipo token ou cartão inteligente. O tipo A1 é instalado diretamente no computador em que será utilizado.

Assim como outros certificados digitais (CT-e, e-CNPJ, NF-e e outros), os certificados digitais para pessoa física (e-CPF) são ofertados no mercado, basicamente, conforme opções de prazo de validade (12, 24 ou 36 meses) e tipo (A1 ou A3). O tipo A3 é oferecido em token USB ou cartão inteligente (que pode vir acompanhado da respectiva leitora de cartão).

O TRE/SC vem adquirindo, nos últimos anos, certificados A3 armazenados em token USB pois esse tipo de certificado é inviolável, protegido dentro do token por uma senha de acesso e oferece uma alta camada de criptografia, bem como maior mobilidade ao titular, que pode levá-lo a qualquer lugar e usá-lo em qualquer computador. Ainda, dispensa a necessidade de compra de leitora de cartão.

Como o escopo da presente demanda é a renovação dos certificados já em uso pelos servidores, serão considerados aqui apenas os produtos/serviços relativos a certificados pessoa física do tipo A3, armazenados em token USB.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **A. Emissão, à distância, de certificado e-CPF A3 com fornecimento de token, com validade por 12 meses e validação por videoconferência.**

Destinada a quem ainda não possui token e cadastro biométrico na ICP-Brasil, a emissão remota do primeiro certificado digital passou a ser autorizada após a publicação da Resolução nº 170, de 23 de abril de 2020, do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Os certificados devem ter validade de apenas 12 meses e deve haver realização de validação por meio de videoconferência, conforme os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 2, de 20 de março de 2020, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

A resolução considerou a emergência em saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19 e a publicação da Medida Provisória nº 951, de 15 de abril de 2020, a qual admitiu que as Autoridades de Registro (AR) da ICP-Brasil procedam à identificação e cadastro de seus usuários por forma que garanta nível de segurança equivalente à validação presencial.

A resolução estabelece que o prazo de validade de certificado emitido sob suas condições seja de no máximo 1 (um) ano, não havendo possibilidade de renovação após esse prazo. Ainda, pela impossibilidade, fica dispensada a coleta das impressões digitais, sendo obrigatória apenas a captura da imagem da face do requerente.

<b>Fornecedor</b>	Serasa
<b>Descrição</b>	Emissão por videoconferência
<b>Valor Estimado</b>	-----
<b>Observações</b>	A empresa, até a presente data, ainda não oferece o serviço.

<b>Fornecedor</b>	Certisign
<b>Descrição</b>	e-CPF A3 – Token – 12 meses. Videoconferência.
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 355,00
<b>Observações</b>	<a href="https://loja.certisign.com.br/Certificados/ECPF/ecpf-a3-token-12-meses/EX-CERA3PFR103.html">https://loja.certisign.com.br/Certificados/ECPF/ecpf-a3-token-12-meses/EX-CERA3PFR103.html</a>

<b>Fornecedor</b>	Soluti
<b>Descrição</b>	e-CPF A3 (token) – 12 meses.
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 355,00
<b>Observações</b>	<a href="https://www.certificadodigital.com/videoconferencia">https://www.certificadodigital.com/videoconferencia</a>

<b>Fornecedor</b>	Valid
<b>Descrição</b>	e-CPF A3 em token – 1 ano.
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 355,00
<b>Observações</b>	<a href="https://www.validcertificadora.com.br/e-CPF-A3-de-1-ano-em-token.htm">https://www.validcertificadora.com.br/e-CPF-A3-de-1-ano-em-token.htm</a>

### **B. Emissão de certificado e-CPF A3 com fornecimento de token, com validade por 36 meses.**

Trata-se de emissão de certificado com fornecimento de token para usuários que não possuem token e cadastro biométrico na ICP-Brasil, mas que desejam prazos de validade maiores (24 ou 36 meses). Esses usuários não poderão realizar a validação por videoconferência prevista pela Resolução nº 170 da ICP-Brasil, já que limitada a certificados com apenas 12 meses de validade. Assim, esses usuários deverão realizar a validação presencialmente, seja comparecendo a um ponto de atendimento de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Autoridade de Registro (AR) ou contratando a visita de uma Agente de Registro à sua residência ou local de trabalho.

A demanda por eventuais novas emissões a servidores que ainda não possuem token e certificado digital poderá ser atendida, em breve, após o processo de contratação de que trata o PAE 5.196/2020, em tramitação no TRE/SC. O preço médio, de acordo com o respectivo estudo preliminar, é de R\$ 442,25, já incluindo o fornecimento do token.

### C. Renovação de certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil válido (vigente).

A renovação (que na verdade é uma outra emissão) é um serviço oferecido a quem já possui certificado digital e token, não necessitando, portanto, comprar novamente a mídia, bastando “renovar” o certificado, obtendo, assim, um menor custo de serviço e benefícios como desconto e emissão totalmente eletrônica, sem validação presencial ou com validação por videoconferência (dependendo da situação do atual certificado).

Por “renovação online” (ou “renovação pelo site”) é denominada a geração de um novo par de chaves criptográficas e a emissão do seu correspondente certificado, com armazenamento na mesma mídia criptográfica já utilizada, por meio de aplicação web, no site da AC ou AR. Esta opção é permitida para certificados digitais A3 ICP-Brasil que ainda estejam válidos, hábeis a assinar digitalmente a solicitação eletrônica de emissão (termo de titularidade), conforme disposto no item 3.3.1 - “Identificação e autenticação para rotina de novas chaves antes da expiração”, do DOC-ICP-05 da ICP-Brasil.

<b>Fornecedor</b>	Certisign
<b>Descrição</b>	Renovação A3 válido - Exclusiva para Certificado Certisign A3, que ainda esteja válido. Renove on-line. 36 meses.
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 340,00
<b>Observações</b>	<a href="https://gestaoar.certisign.com.br/GestaoAR/cliente/renovar/inicio?utm_source=pgRenovacao&amp;utm_medium=site&amp;utm_campaign=renovacao&amp;cod_rev=71840">https://gestaoar.certisign.com.br/GestaoAR/cliente/renovar/inicio?utm_source=pgRenovacao&amp;utm_medium=site&amp;utm_campaign=renovacao&amp;cod_rev=71840</a>

<b>Fornecedor</b>	Soluti
<b>Descrição</b>	E-CPF A3 - 36 MESES
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 240,00
<b>Observações</b>	<a href="https://www.certificadodigital.com/renovacao-online">https://www.certificadodigital.com/renovacao-online</a>

<b>Fornecedor</b>	Valid
<b>Descrição</b>	E-CPF A3 DE 3 ANOS – Requer mídia
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 252,00
<b>Observações</b>	<a href="https://www.validcertificadora.com.br/e-CPF-A3-de-3-anos.htm">https://www.validcertificadora.com.br/e-CPF-A3-de-3-anos.htm</a>

<b>Fornecedor</b>	Serasa
<b>Descrição</b>	E-CPF A3 36 meses – Renove agora
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 327,00
<b>Observações</b>	<a href="https://serasa.certificadodigital.com.br/parceiro/e-certificacao-10-de-desconto/">https://serasa.certificadodigital.com.br/parceiro/e-certificacao-10-de-desconto/</a>





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.5 Contratações Públicas Similares

Por se tratarem de bens comuns, os objetos pretendidos são amplamente demandados e adquiridos por instituições públicas. Foram apensados, no Anexo B deste documento, os extratos de algumas contratações públicas de objetos similares.

### 1.6 Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Produto	Origem			Observância		
	Fornecedor	Software Livre ou Público	Outras Instituições Públicas	MNI (*)	ICP-Brasil (**)	Moreq-Jus (***)
Serviço "A"	X	-	-	-	X	-
Serviço "C"	X	-	-	-	X	-

### 1.7 Custos Totais da Demanda

Solução	Item (insumos, serviços, garantia)	Custo Total Estimado*
Serviço "A" – Emissão, à distância, de certificado e-CPF A3 com fornecimento de token, com validade por 12 meses e validação por videoconferência.	Serviço: Emissão do certificado	R\$ 355,00
	Serviço: Validação por videoconferência	Gratuita
	Insumos: Token USB	Incluso no preço
	Garantia: 12 meses (validade)	Incluso no preço
	<b>Total</b>	<b>R\$ 355,00</b>
Serviço "C" – Renovação para certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil válido	Serviço: Renovação do certificado A3 36 meses	R\$ 289,00
	Serviço: Validação	Dispensada
	Insumos: Token USB	Existente
	Garantia: 36 meses (validade)	Incluso no preço
	<b>Total</b>	<b>R\$ 289,00</b>

\* média dos preços obtidos no mercado (vide subitem 1.4)

### 1.8 Escolha e Justificativa do Objeto

O certificado digital, assim como o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação, possui um período de validade, dentro do qual – e somente dentro do qual – é possível realizar operações, como a assinatura de um documento digital. A partir do vencimento da validade não é mais possível executar qualquer operação com o certificado, devendo o usuário solicitar antecipadamente a sua renovação, quando um novo par de chaves criptográficas é gerado e o respectivo certificado emitido.

O processo de renovação de certificado digital, além de facultativo, é facilitado pelos normativos que permitem a sua realização à distância, via Internet, sem a necessidade de ida a ponto de atendimento de Autoridade de Registro (AR) para validação presencial da identidade, utilizando-se o dossiê documental (físico) já existente<sup>1</sup>, desde que ainda válido o certificado que se deseja renovar.

<sup>1</sup> Nos termos do item 3.2 do DOC ICP 05 da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A modernização da legislação de certificação digital vem permitindo, dentro da manutenção da segurança da operação de emissão, o uso de tecnologias digitais e meios eletrônicos para a simplificação e agilidade do processo de certificação e segurança dos usuários, a exemplo da realização da identificação (validação) por videoconferência e a renovação à distância.

Ainda, visando proteger a população na emergência em saúde pública causada pelo novo coronavírus (COVID-19), o Comitê Gestor da Infraestrutura da ICP-Brasil possibilitou uma pessoa obter o seu primeiro certificado digital sem sair de casa, por meio da publicação da Resolução nº 170, de 23 de abril de 2020, regulamentando a emissão do primeiro certificado a usuários sem cadastro biométrico na base por validação em videoconferência, para certificados com prazo de validade de até 12 meses, mas sem direito a renovação.

A renovação eletrônica, seja online sem validação ou com validação por videoconferência, pode se mostrar vantajosa à Administração e aos servidores do TRE/SC, pelos normalmente menores preços cobrados pelo mercado, devido ao reaproveitamento das mídias criptográficas já utilizadas, e pela maior segurança aos usuários, especialmente durante a vigência de restrições de aglomeração e ordem de distanciamento social.

O serviço de renovação atende aos requisitos funcionais da demanda estabelecidos no subitem 1.3.1, pois permite a renovação pelo mesmo prazo de validade de 36 meses (que é mais vantajoso economicamente), o reaproveitamento da mídia (token), o processo de emissão pela Internet (“online”, para certificados válidos) e a realização de videoconferência, se necessária (para certificados expirados ou para renovação por certificadora distinta da que emitiu o atual, se assim por ela for exigido, sendo importante mencionar, por esse motivo, qual autoridade certificadora emitiu o certificado a ser renovado).

Ainda, visando oferecer maior segurança aos novos usuários, será previsto item que aproveita o benefício trazido pela Resolução nº 170, que permite a primeira emissão remota, realizada por videoconferência.

Por fim, após análise das soluções encontradas no mercado e em contratações públicas similares, entende-se que a solução de melhor custo/benefício para atendimento da demanda é a renovação, à distância, dos atuais certificados digitais armazenados em tokens criptográficos USB, por processo totalmente baseado na Internet (sem validação) ou com validação por videoconferência.

Assim, sugere-se a contratação de Autoridade Certificadora (AC) – ou Autoridade de Registro (AR) legalmente habilitada e operacionalmente vinculada a AC – para a eventual prestação de serviço de renovação de certificados digitais de servidores do TRE/SC, cujo prazo de validade expirará nos próximos meses.

### 1.8.1 Descrição do Objeto

**Item 1** – Prestação de serviço de renovação, à distância, de certificado digital Cert-JUS Institucional pessoa física A3 ICP-Brasil, emitido pela AC CERTISIGN-JUS em token criptográfico SAFENET ETOKEN 510X.

**Item 2** – Prestação de serviço de renovação, à distância, de certificado digital pessoa física e-CPF A3 ICP-Brasil, emitido pela AC SOLUTI MULTIPLA, em tokens criptográficos FEITIAN EPASS 2003.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Item 3** – Prestação de serviço de primeira emissão de certificado digital pessoa física e-CPF A3 ICP-Brasil por meio de videoconferência.

### 1.8.2 Alinhamento do Objeto

A solução escolhida harmoniza-se com as necessidades do negócio, pois atende integralmente as premissas e os requisitos estabelecidos, estando alinhada com o PETIC 2016-2020 (objetivos estratégicos RE1 – Satisfação dos usuários de TIC; RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC) e com o PDTIC 2020 (AE06 – Manter parque tecnológico atualizado).

### 1.8.3 Benefícios Esperados

- Aumentar e manter os serviços que fazem uso de certificado digital com elevado padrão de desempenho, qualidade e confiabilidade;
- Garantir autenticidade, integridade e o não-repúdio das transações realizadas;
- Garantir a segurança das informações trafegadas por meio dos acessos realizados às aplicações disponibilizadas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- Prover o TRE/SC de recursos tecnológicos necessários à utilização do Processo Administrativo Eletrônico – PAE e demais sistemas que façam uso da certificação digital.

### 1.8.4 Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Considerando o quantitativo de certificados a serem renovados nos próximos 12 meses, bem como a necessidade de emissão (conclusão do processo de renovação) mais próxima ao vencimento de cada certificado nesse período, sugere-se a utilização do sistema de registro de preços para a eventual contratação de serviços de renovação de até 25 (vinte e cinco) certificados digitais Cert-JUS Institucional Pessoa Física A3 ICP-Brasil, emitidos pela AC CERTISIGN-JUS em tokens criptográficos SAFENET EToken 510X, de até 150 (cento e cinquenta) certificados digitais Pessoa Física e-CPF A3 ICP-Brasil, emitidos pela AC SOLUTI MULTIPLA, em tokens criptográficos FEITIAN EPASS 2003, e de até 100 (cem) primeiras emissões de certificado digital pessoa física e-CPF A3 ICP-Brasil por meio de videoconferência.

## 1.9 Adequação do Ambiente

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Sem necessidade de adequações.
Infraestrutura Elétrica	Sem necessidade de adequações.
Logística de Implantação	As renovações ocorrerão sob demanda, conforme proximidade com a data de validade de cada certificado a ser renovado.
Espaço Físico	Sem necessidade de adequações.
Mobiliário	Sem necessidade de adequações.
Impacto Ambiental	Sem necessidade de adequações.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.10 Orçamento Estimado

O valor total disponível para a contratação do objeto no Plano Anual de Contratações 2020 é de R\$ 20.000,00. O valor estimado para a contratação da totalidade do quantitativo a ser registrado na ata de registro de preços seria de R\$ 121.575,00. Logicamente, a ata seria utilizada até o limite do orçamento disponível.

## 2 Declaração de Viabilidade da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares e na análise das contratações públicas similares, a equipe de planejamento considera a **contratação viável** em seus aspectos técnicos, econômicos e de negócio, vez que: a) há no mercado empresas fornecedoras e produtos capazes de atender a demanda; b) a contratação está alinhada com os objetivos estratégicos da instituição; e c) o custo total a ser dispendido na contratação poderá ser ajustado pela quantidade a ser comprada por meio da ata de registro de preços, sendo que os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios seguintes serão registrados mediante apostilamento.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores

#	Fornecedor
1	<b>Nome:</b> Serasa Experian. <b>Site na web:</b> <a href="http://www.serasaexperian.com.br">www.serasaexperian.com.br</a> <b>Telefone:</b> 0800 773 7728
2	<b>Nome:</b> Certisign S/A. <b>Site na web:</b> <a href="http://www.certisign.com.br">www.certisign.com.br</a> <b>Telefone:</b> 0300-789-2378
3	<b>Nome:</b> Soluti Certificadora. <b>Site na web:</b> <a href="http://www.solutinet.com.br">www.solutinet.com.br</a> <b>Telefone:</b> (62) 3999-6000
4	<b>Nome:</b> Valid Certificadora. <b>Site na web:</b> <a href="http://www.valid.com/pt-br/">www.valid.com/pt-br/</a> <b>Telefone:</b> 3004-3454



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Anexo B - Contratações Públicas Similares

<b>Instituição Pública</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Lavras
<b>Licitação</b>	Pregão Eletrônico n. 67/2019
<b>Fornecedor</b>	RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI
<b>Descrição</b>	Item 1 - Emissão de certificado digital do tipo A3, padrão ICP-Brasil, e-CPF, sem fornecimento de dispositivo físico de armazenamento - Renovação, com validade por 3 anos.
<b>Valor Unitário Estimado</b>	R\$ 92,50
<b>Observações</b>	46 unidades

<b>Instituição Pública</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA RS
<b>Licitação</b>	Pregão Eletrônico n. 206/2019
<b>Fornecedor</b>	OBJECTTI SOLUCOES LTDA
<b>Descrição</b>	Item 5 – E-CPF A3   RENOVAÇÃO CERTIFICADO VALIDADE: 36 MESES
<b>Valor Unitário Estimado</b>	R\$ 69,00
<b>Observações</b>	50 unidades

<b>Instituição Pública</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
<b>Licitação</b>	Pregão Eletrônico n. 3/2019
<b>Fornecedor</b>	VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA
<b>Descrição</b>	Item 3 - Renovação de certificado digital para pessoa física, totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3. Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 1402 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil
<b>Valor Unitário Estimado</b>	R\$ 65,00
<b>Observações</b>	356 unidades

<b>Instituição Pública</b>	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE Tribunal de Justiça do Estado do Acre
<b>Licitação</b>	Pregão Eletrônico n. 8/2019
<b>Fornecedor</b>	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A
<b>Descrição</b>	Item 3 – Certificado digital A3 do tipo e-CPF AC JUS com validade de 03 (três) anos. (Para renovação de certificados já existentes).
<b>Valor Unitário Estimado</b>	R\$ 220,00
<b>Observações</b>	800 unidades